

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas, Diretores e Administradores da
Gebbras Participações Ltda.
Santo André- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gebbras Participações Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gebbras Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Gebbras Participações Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.357	47.406	Fornecedores		-	2
Outras contas a receber		-	228	Obrigações trabalhistas		49	47
Dividendos propostos a receber	5.c	73.953		Obrigações tributárias		1.126	1.804
Tributos a recuperar		1.412	1.213	Mútuo com partes relacionadas	6.a	57.865	170.789
Outros créditos		17	6	Outras contas a pagar		3	2
Total do ativo circulante		90.739	48.853	Total do passivo circulante		59.043	172.644
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Cauções e depósitos		6	-	Mútuo com partes relacionadas	6.a	174.883	174.892
Dividendos propostos a receber	5.c	-	42.208	Total do passivo não circulante		174.883	174.892
Imobilizado		14	17	Patrimônio líquido			
Investimentos	5.a	1.990.154	1.920.569	Capital social	8.a	1.564.200	1.564.200
Total do ativo não circulante		1.990.174	1.962.794	Reservas de lucros		282.787	99.911
				Total do patrimônio líquido		1.846.987	1.664.111
Total do ativo		2.080.913	2.011.647	Total do passivo e patrimônio líquido		2.080.913	2.011.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Outras receitas	9	-	228
Lucro bruto		-	228
Despesas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	11	(3.835)	(12.235)
Total das despesas administrativas		(3.835)	(12.235)
Equivalência patrimonial	5.b	199.707	112.762
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		195.872	100.755
Receitas financeiras	10	27.885	50.294
Despesas financeiras	10	(40.881)	(67.160)
Resultado financeiro líquido		(12.996)	(16.866)
Lucro líquido do Exercício		182.876	83.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	182.876	83.889
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente dos exercícios	<u>182.876</u>	<u>83.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.a	190.200	16.022	-	206.222
Aumento de capital		1.374.000	-	-	1.374.000
Lucro líquido do exercício		-	-	83.889	83.889
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	83.889	(83.889)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.a	1.564.200	99.911	-	1.664.111
Lucro líquido do exercício		-	-	182.876	182.876
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	182.876	(182.876)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.a	1.564.200	282.787	-	1.846.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		182.876	83.889
Ajustes em:			
Juros sobre mútuos	10	24.072	23.342
Variação cambial sobre mútuos	10	(10.675)	(11.268)
Equivalência patrimonial	5.b	(199.707)	(112.762)
Depreciação		3	3
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(199)	72
Outros créditos		(11)	-
Outras contas a receber		222	(218)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2)	(25)
Obrigações tributárias		(678)	693
Obrigações trabalhistas		2	(226)
Outras contas a pagar		1	(3)
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades operacionais		(4.096)	(16.503)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		-	(18)
Aumento de capital de investidas em conjunto	5	-	(1.374.000)
Dividendos recebidos	5.c	98.377	28.203
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de investimento		98.377	(1.345.815)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	8.a	-	1.374.000
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas	6.a	(100.093)	-
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas	6.a	(26.237)	(19.866)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(126.330)	1.354.134
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(32.049)	(8.184)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	47.406	55.590
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	15.357	47.406
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(32.049)	(8.184)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Gebbras Participações Ltda. ("Gebbras" ou "Empresa") é uma sociedade limitada sediada na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, constituída em 13 de abril de 2015 e controlada pelo Grupo Energia Bogotá S.A. E.S.P., com sede na Colômbia. Tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

Em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE"). O ágio e deságio apurado, na data de aquisição, foi reconhecido diretamente no resultado.

Em 30 de novembro de 2022, a Gebbras efetuou aporte de capital de R\$ 1.374.000, referente à participação de 37,5% na Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB"), que tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista.

A Administração entende que possui controle conjunto evidenciado pelo acordo de acionistas e por sua representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas, bem como na participação nos processos de elaboração de políticas administrativas/financeiras e aprovações de orçamentos, mas não tem o controle total e, portanto, não consolida as demonstrações financeiras de nenhum de seus investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa detém as seguintes participações societárias:

	Participação - %	
	31/12/2023	31/12/2022
Transenergia Renovável S.A. ("TER")	51%	51%
Transenergia São Paulo S.A. ("TSP")	51%	51%
Goiás Transmissão S.A. ("GOT")	51%	51%
Mge Transmissão S.A. ("MGE")	51%	51%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB")	37,50%	37,50%

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 14 de fevereiro de 2024. Após a emissão apenas os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Outras contas a receber” e “Dividendos propostos a receber”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam “Mútuo com partes relacionadas”, “Outras contas a pagar” e “Fornecedores”.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Empresa não identificou perda por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecida nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

f. Investimentos em controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. A Empresa entende que tem o controle em conjunto, pois cada acionista tem direito a indicar um diretor e três membros do conselho e todas as decisões têm que ser tomadas em conjunto.

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da investidora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos inicialmente são reconhecidos pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes das investidas até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da investidora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidoras.

As informações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa e suas investidas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa e suas investidas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa.

g. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros com aplicações financeiras e variações cambiais ativas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros por atraso, variação cambial passiva e juros sobre os contratos de mútuos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real, e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto e a contribuição social corrente a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício consideram as taxas de imposto e contribuição vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas mencionadas e decorrem de receitas temporariamente não tributadas para efeito de imposto de renda e contribuição social e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

k. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Empresa classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros e classifica os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os dividendos representam retorno de seus investimentos.

I. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Empresa adotou as alterações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Empresa ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 06	Contabilização de leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 40	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Empresa em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	4	23.407
Aplicações financeiras (i)	15.353	23.999
Total	15.357	47.406

- (i) Compreende aplicações financeiras de liquidez imediata que são conversíveis em um montante conhecido de caixa em até 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, apresentando a seguinte composição:

Instituição financeira	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander S.A.	99,05% CDI	15.353	23.999
Total		15.353	23.999

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras no Banco Santander S.A. correspondem a CDB's com compromisso de recompra e rendem, em média, 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5 Investimentos

Aquisição de controle conjunto

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE"). E em 30 de novembro de 2022, a Gebbras efetuou aumento de capital na Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB").

Principais aspectos das controladas em conjunto

TER

A Transenergia Renovável S.A. ("TER") foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 89.305, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TER é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

TSP

A Transenergia São Paulo S.A. ("TSP") foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 29.614, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TSP é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

GOT

A Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 97.757, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a GOT é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

MGE

A MGE Transmissão S.A. (“MGE”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 67.514, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a MGE é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

ARGE B

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Argeb”) é uma sociedade anônima, constituída em 02 de agosto de 2022.

A Argeb tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Argeb poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPes.

Em 29 de julho de 2022 a Argeb, firmou contrato de compra e venda da totalidade das ações das sociedades Argo V Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada ODOYA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A), Argo VI Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Esperanza Transmissora de Energia S.A), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. e Argo IX Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Veredas Transmissora de Energia S.A. A transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022 e em 08 de novembro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES por meio da carta AE/DEENE1 nº113/2022. A transferência de controle ocorreu em 30 de novembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Argeb detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”), Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”), Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”).

Controlada Argeb	Contrato de concessão	Vigência	RAP Atualizada	RAP Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2014	30 anos	100.904	45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A	Nº 18/2014	30 anos	89.820	48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A	Nº 05/2015	30 anos	260.506	144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A	Nº 11/2017	30 anos	154.407	114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2017	30 anos	174.570	130.510

a. Participação em controladas em conjunto

31/12/2023								Informações sobre o investimento da Controladora	
Informações sobre as controladas em conjunto								Equivalência Patrimonial	Investimentos
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício		
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	158.600	356.305	149.033	207.272	51.878	26.161	105.709
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	33.800	241.004	162.517	78.487	14.516	7.403	40.028
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	174.095	875.868	484.900	390.968	56.102	28.612	199.394
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	547.279	131.532	415.747	59.396	30.292	212.031
Argeb Energia S.A.	37,5	1.374.000	3.664.001	4.567.771	746.459	3.821.312	285.970	107.239	1.432.992
Total								199.707	1.990.154

31/12/2022

Informações sobre as controladas em conjunto								Informações sobre o investimento da Controladora	
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	158.600	320.696	138.087	182.609	24.826	12.662	93.131
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	33.800	237.730	145.214	92.516	24.208	12.346	47.183
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	174.095	815.379	419.796	395.583	78.954	40.266	201.747
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	531.501	146.700	384.801	76.765	39.150	196.249
Argeb Energia S.A.	37,5	1.374.000	3.664.001	4.377.156	691.131	3.686.025	22.236	8.338	1.382.259
Total								112.762	1.920.569

b. Movimentação do investimento

Controladas em conjunto	Saldo em 2022	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2023
Transenergia Renovável S.A.	93.131	(13.583)	26.161	105.709
Transenergia São Paulo S.A.	47.183	(14.558)	7.403	40.028
Goiás Transmissão S.A.	201.747	(30.965)	28.612	199.394
Mge Transmissão S.A.	196.249	(14.510)	30.292	212.031
Argeb Energia S.A.	1.382.259	(56.506)	107.239	1.432.992
Total	1.920.569	(130.122)	199.707	1.990.154

Controladas em conjunto	Saldo em 2021	Dividendos	Aporte de capital em investidas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2022
Transenergia Renovável S.A.	94.534	(14.065)	-	12.662	93.131
Transenergia São Paulo S.A.	43.914	(9.077)	-	12.346	47.183
Goiás Transmissão S.A.	171.044	(9.563)	-	40.266	201.747
Mge Transmissão S.A.	166.397	(9.298)	-	39.150	196.249
Argeb Energia S.A.	-	(79)	1.374.000	8.338	1.382.259
Total	475.889	(42.082)	1.374.000	112.762	1.920.569

c. Dividendos propostos a receber

Controladas em conjunto	Saldo em 2022	Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 2023
Transenergia Renovável S.A.	2.901	13.583	(10.200)	6.284
Transenergia São Paulo S.A.	8.615	14.558	(3.621)	19.552
Goiás Transmissão S.A.	20.588	30.965	(10.710)	40.843
Mge Transmissão S.A.	10.025	14.510	(17.340)	7.195
Argeb Energia S.A.	79	56.506	(56.506)	79
Total	42.208	130.122	(98.377)	73.953

Controladas em conjunto	Saldo em 2021	Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 2022
Transenergia Renovável S.A.	3.575	14.065	(14.739)	2.901
Transenergia São Paulo S.A.	2.802	9.077	(3.264)	8.615
Goiás Transmissão S.A.	11.025	9.563	-	20.588
Mge Transmissão S.A.	10.927	9.298	(10.200)	10.025
Argeb Energia S.A.	-	79	-	79
Total	28.329	42.082	(28.203)	42.208

d. Contingências nas investidas controladas em conjunto

TER

A Companhia está envolvida em processos cíveis e fiscais, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Fiscal	Total	Cível	Fiscal	Total
Possível (a)	3.767	2.141	5.908	3.438	2.059	5.497
	<u>3.767</u>	<u>2.141</u>	<u>5.908</u>	<u>3.438</u>	<u>2.059</u>	<u>5.497</u>

Processos possíveis: compõem-se basicamente de (i) um processo de R\$3.168 (R\$ 2.794 em 2022), movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação, (ii) um processo R\$2.141 (R\$ 2.059 em 2022) que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás e (iii) processos de indenização por passagem de servidões no montante de R\$599 (R\$ 644 em 2022).

TSP

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas.

GOT

A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Tributário	Total	Cível	Tributário	Total
Provável (a)	14	-	14	13	-	13
Possível (b)	3.241	19.635	22.876	5.222	18.938	24.160
	<u>3.255</u>	<u>19.635</u>	<u>22.890</u>	<u>5.235</u>	<u>18.938</u>	<u>24.173</u>

- a) **Processos prováveis:** Composto por processo de indenização por passagem de servidão.
- b) **Processos possíveis:** Composto por, (i) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$ 19.635 (R\$ 18.938 em 2022), (ii) um processo no valor de R\$ 456 (R\$ 380 em 2022) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão e (iii) por diversos processos de indenização por passagem de servidão.

MGE

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Provável (a)	391	-	391	271	-	271
Possível (b)	9.510	-	9.510	10.364	-	10.364
	9.901	-	9.901	10.635	-	10.635

- a. **Processos prováveis:** Composto por processos de instituição de servidões no montante de R\$391 (valor atualizado).
- b. **Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de indenização por passagem de servidões no montante de R\$9.233 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado.

ARGEB

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento nas esferas administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, perfazem o montante a seguir:

Risco	31/12/2023				31/12/2022			
	Trabalhista	Fiscal	Fundiário	Total	Trabalhista	Fiscal	Fundiário	Total
Provável	13	389	555	957	12	-	271	283

Contingências passivas com avaliação de risco possível: A Companhia e suas controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 69.430 (R\$ 52.106 em 31 de dezembro de 2022).

6 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus quotistas, empresas coligadas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Transações com mútuos

Mutuante	31/12/2023				31/12/2022			
	Passivo		Resultado		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial
Grupo Energia de Bogotá (i)	5.725	174.883	(15.725)	-	5.725	174.892	(15.736)	-
Grupo Energia de Bogotá (ii)	53.220	-	(8.347)	10.675	166.422	-	(7.606)	11.268
IRRF	(1.080)	-	-	-	(1.358)	-	-	-
Total	57.865	174.883	(24.072)	10.675	170.789	174.892	(23.342)	11.268

(i) Atualização pela taxa de 9% a.a. com vencimento em parcela única em 19 de agosto de 2031.

(ii) Atualizado pela taxa SOFR-6M + 2,11% com vencimento em 08 de agosto de 2026.

O item (ii) refere-se à empréstimos em dólares.

A movimentação dos empréstimos com mútuo está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	353.473
Provisões de juros	23.342
Variação cambial	(11.268)
Juros pagos	(19.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	345.681
Provisões de juros	24.072
Variação cambial	(10.675)
Amortização de principal	(100.093)
Juros pagos	(26.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232.748

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores (pessoal-chave) totalizou R\$ 2.107 (R\$ 1.685 em 2022), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.633)	(1.167)
Encargos	(332)	(354)
Benefícios	(142)	(164)
Total	(2.107)	(1.685)

7 Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Gebbras, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 1.564.200, dividido em 1.564.200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos quotistas:

Cotista	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de quotas	Valor	Nº de quotas	Valor
Grupo Energia de Bogotá S.A.	1.564.200.000	1.564.200	1.564.200.000	1.564.200
Total	1.564.200.000	1.564.200	1.564.200.000	1.564.200

9 Outras receitas

Refere-se à indenização contratual prevista na cláusula 7.1 do contrato de compra e venda das ações, das investidas em conjunto, que prevê a obrigação de indenização em caso de desembolso ocorrido nas investidas decorrente de eventos anteriores à data de aquisição das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve nenhum recebimento à título de indenizações (R\$ 228 em 2022).

10 Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicação financeira (i)	1.825	2.257
Varição cambial ativa sobre conta corrente (ii)	-	4.534
Varição cambial ativa sobre mútuos	25.988	43.411
Outras receitas financeiras	72	92
Receitas financeiras	27.885	50.294
Varição cambial passiva sobre mútuos	(15.313)	(32.143)
Varição cambial passiva sobre conta corrente (ii)	(1.483)	(6.335)
Juros sobre mútuos	(24.072)	(23.342)
IOF	(9)	(5.309)
Despesas bancárias	(4)	(31)
Despesas financeiras	(40.881)	(67.160)
Resultado financeiro líquido	(12.996)	(16.866)

(i) Os rendimentos de aplicação financeira, referem-se a aplicações de liquidez imediata e estão classificadas como equivalentes de caixa.

(ii) As variações cambiais referem-se a depósitos que eram mantidos em conta corrente no Banco Santander NY e estão classificados como equivalentes de caixa.

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração dos administradores	(2.107)	(1.685)
Serviços de terceiros	(1.425)	(10.244)
Viagens e estadias	(88)	(61)
Aluguel de Imóveis	(64)	(48)
Outras despesas	(151)	(197)
Total	(3.835)	(12.235)

12 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 223.111 (R\$ 221.226 em 31 de dezembro de 2022). O não reconhecimento do ativo correspondente (34% do saldo) decorre do fato de a empresa não apresentar, no curto prazo, expectativa de lucros que viabilizem a realização do saldo em questão. Essa premissa é anualmente revisada, em função dos planos e projetos do grupo.

a. Reconciliação da alíquota efetiva

	2023	2022
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	182.876	83.889
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(62.178)	(28.522)
Ajustes permanentes:		
Equivalência patrimonial	(199.707)	(112.762)
Prejuízo fiscal não reconhecido	1.886	13.875
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023

	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	15.353	15.353
Dividendos propostos a receber	Custo amortizado	73.953	73.953
		89.310	89.310

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023

	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Valor justo
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	232.748	232.748
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3	3
		232.751	232.751

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	23.407	23.407
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	23.999	23.999
Dividendos propostos a receber	Custo amortizado	42.208	42.208
		89.614	89.614

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Valor justo
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	345.682	345.682
Fornecedores	Custo amortizado	2	2
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3	3
		345.687	345.687

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em razão de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e a estratégia definidas pela Administração.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Riscos relacionados às taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para aquisição de capital de giro com suas partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações em moeda estrangeira e apresentou a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023 (US\$)	31/12/2023 (R\$)
Obrigações em Dólar (*)	<u>(11.106)</u>	<u>(53.767)</u>
Exposição do Dólar	<u>(11.106)</u>	<u>(53.767)</u>

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

(ii) Riscos relacionados à taxa de juros

Na Empresa, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (SOFR).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e dólar

As operações da Empresa são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI, do SOFR e do Dólar.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (mútuos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros/câmbio foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Libor e Dólar, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas informadas no *site* do Banco Central e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou uma redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		15.353			
Remuneração estimada			2.000	1.500	1.000
Efeitos no resultado				(500)	(1.000)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
SOFR 6M (%)	Aumento da SOFR		5,441	6,801	8,162
Empréstimos a Libor (**)		53.767	56.692	57.424	58.155
Juros estimados			(2.925)	(3.657)	(4.388)
Efeitos no resultado				(732)	(1.463)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar	Aumento do dólar		4,8413	6,0516	7,2620
Passivo em dólar		11.106	53.767	67.209	80.652
Variação cambial estimada				(13.442)	(26.885)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

(**) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$ 180.589

* * *

Fernando Augusto Rojas Pinto
Administrador

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O